

CULTURA DO DESEMPENHO E PROCESSOS FORMATIVOS: A GESTÃO DE SI NA NOVA GOVERNAMENTALIDADE

RESUMO

Esta proposta que ora se apresenta ao **X Congresso Nacional de Educação: contrastes, diversidade, inclusão: a educação no próximo decênio** aborda o tema cultura do desempenho, gestão de si e governamentalidade nos processos escolares. Justificada por um conjunto de princípios provenientes do mercado neoliberal, essa cultura transfere os dispositivos empresariais ao âmbito educativo, subordinando os processos formativos a uma nova governamentalidade. Assim, tem-se como objetivo geral investigar o papel desempenhado pela cultura do desempenho no direcionamento da formação na escola contemporânea. Como objetivos específicos: 1. Refletir sobre o conceito de governamentalidade, 2. investigar a relação estabelecida entre formação escolar e estratégias de governamentalidade, 3. pensar as consequências da governamentalidade investigando os modos como a escola se associa às artes de governo, 4. Pensar a concepção de crítica foucaultiana como forma de questionamento, de tensão, de não ser governado dessa forma, diante dos excessos de governo na escola. Partiu-se do seguinte questionamento: por qual motivo inserir a cultura do desempenho nas escolas? Desse modo, a referida proposta organiza-se em dois momentos. Primeiro, discute-se a cultura do empreendedorismo na educação escolar a partir de 3 enfoques: a) a associação da educação escolar às artes de governamentalidade, b) o papel do docente na arte de governo e na negação da diversidade e c) a função dos discursos oficiais (currículos, práticas pedagógicas, metodologias) na manutenção das propostas formativas sob os efeitos da governamentalidade. Segundo, como abordagem analítica, elege-se a concepção de atitude crítica foucaultiana, a qual emerge como referencial teórico capaz de desenvolver em bases diferentes as concepções neoliberais as quais se inserem a Educação na atualidade. Conclui-se que a concepção de crítica foucaultiana traduz-se como elemento de tensão, de questionamento e de reflexão a respeito dos excessos de governo presentes na formação escolar.

Palavras-chave: Governamentalidade, Atitude crítica, Desempenho.

INTRODUÇÃO

O ensaio ora apresentado ao **X Congresso Nacional de Educação: contrastes, diversidade, inclusão: a educação no próximo decênio** aborda o tema cultura do desempenho, gestão de si e governamentalidade nos processos escolares. Embasado por leituras foucaultianas, objetivou-se apresentar, discutir e criticar o modo como os dispositivos neoliberais, sendo eles a produtividade, o desempenho, a capacidade de aprender a aprender constantemente direcionam as formas de governo de si.

Quando se trata da expressão “empreendedorismo”, há um destaque generalizado nos últimos anos principalmente com o desenvolvimento do discurso empresarial. De acordo com os autores da área de administração empresarial, o perfil do empreendedor deve ser permeado pela postura ousada, criativo, determinado, capacidade de aprender a empreender, liderança (Dolabela, 1999).

Quando transposto para o contexto educacional, os argumentos empresariais sugerem que “a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade porque diz respeito à cultura que tem o poder de induzir a capacidade empreendedora” (Dolabela, 2003, p. 15). Desse ponto de vista, nos últimos anos, diversas iniciativas de implantação do empreendedorismo nas escolas têm surgido, seja como tema transversal, seja como disciplina. Há de se ressaltar também a influência das organizações não governamentais.

A Júnior Achievement (J.A), que é uma associação educativa sem fins lucrativos criada pela iniciativa privada, afirma que é importante “despertar o espírito empreendedor nos jovens ainda na escola, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios” (Júnior Achievement, 2012, p. 15). No Brasil, quando o assunto é empreendedorismo na escola, Fernando Dolabela, consultor e autor de vários livros, é o que mais se destaca.

Autor de vários projetos, tais como “Oficina do empreendedor”, “Pedagogia empreendedora” e livros, tais como “O segredo de Luísa” voltado para estudantes, e “Oficina do Empreendedor”, direcionado a professores, Dolabela criou projetos de desenvolvimento e fomento do empreendedorismo nas escolas brasileiras.

Em uma rápida consulta em seu blog, nota-se que o empreendedorismo é entendido como panaceia para todos os problemas que acometem a escola contemporânea. Como se vê, é inegável o fato de que há um movimento de introdução do empreendedorismo como componente curricular na educação brasileira por meio de projetos como o da “pedagogia empreendedora”, ou mesmo por iniciativas próprias dos gestores educacionais com parcerias com organizações e empresas estritamente privadas (Dolabela, 2011, p. 96).

Os estudos que defendem a inserção do empreendedorismo na educação escolar justificam que se todos os estudantes tiverem uma cultura empreendedora, redundará na melhoria do desenvolvimento econômico do país. Nota-se uma posição nitidamente adaptacionista e utilitarista da educação escolar, priorizando a formação de indivíduos economicamente produtivos, porém, politicamente submissos.

Diante da amplitude que caracteriza a temática, tem-se como objetivo geral refletir sobre o modo como os dispositivos empresariais adentram nos espaços formativos, orientando os currículos escolares na perspectiva da eficiência, da competitividade e da produtividade.

METODOLOGIA

Este ensaio é resultado de pesquisas e estudos realizados junto à disciplina de Filosofia da Educação por mim ministrada junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista e também junto ao Grupo de Estudos de Filosofia e Formação de professores da Universidade Estadual Paulista/Unesp/PP. A análise metodológica consistiu no levantamento de artigos científicos em bases científicas da Scielo, livros, debates realizados junto à disciplina e eventos acadêmicos que sustentaram o estudo aqui apresentado. Como proposta analítica, pautamo-nos pelos estudos de Michel Foucault sobre o conceito de governamentalidade e de crítica, os quais forneceram os elementos de crítica para o debate proposto sobre o empreendedorismo na educação escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a temática do empreendedorismo ganhou notoriedade no final dos anos 1990. Desde então, esse conceito influenciou várias áreas do conhecimento, adentrando também no campo escolar. Esse tema se tornou alvo de investigações no campo das Ciências Sociais (Azevedo, 2020; Gama, 2022; Bose, 2013), e mais especificamente na educação (Dolabela, 2011; Vilela, 2005; Souza, 2022), além da influência de fundações privadas, tais como FIESP, SESI, FIRJAN, entre outras.

Neste último aspecto, os estudos sugerem o ensino do empreendedorismo como forma de melhoria das condições de aprendizagem dos escolares. Imperativos como “tenha uma aprendizagem permanente”, “busque uma educação ao longo da vida”, “educação para todos” tornaram-se muito comuns na atualidade. Não é por acaso que, desde a mais tenra infância, deparamo-nos com os seguintes questionamentos: o que você pretende ser quando crescer? Qual profissão pretende seguir?

Diante dessas questões, a escola, enquanto espaço educativo privilegiado na formação dos estudantes, é convocada a desenvolver um conjunto de competências (racionais e socioemocionais) e de habilidades específicas cujo objetivo é preparar os indivíduos para a “nova” cultura requerida pelo século 21: a do desempenho (Nosella, 2010). Não é por acaso que a BNCC do Ensino Médio está articulada diretamente à Lei nº 13.415/17 (BRASIL, 2017b) propondo as seguintes competências e habilidades: “cooperação, compreensão, domínio de tecnologias, empreendedorismo.

Assim, desempenho, empreendedorismo, competitividade e protagonismo são as palavras-chave que passam a gerir as propostas formativas atuais. De acordo com Cury (2014), para que o indivíduo desenvolva habilidades como produtividade, proatividade, colaborativo e aberto ao novo é necessário que a escola se prontifique a prepará-lo a aprender a empreender constantemente – processo esse muitas vezes desvinculado do aprender a refletir -, a ter autonomia e a resolver situações-problema no contexto que se prontificou atuar (Brasil, 2017a).

O discurso empreendedor também é justificado dentro do debate das políticas educacionais. Dois documentos publicados pelo governo federal chamam a atenção: o parecer CNE/CEB n° 13/2010 (Brasil, 2010), que tratou da inclusão do empreendedorismo como componente curricular desde a Educação Infantil, e o decreto n° 10.393, de 9 de junho de 2020 (Brasil, 2020), que instituiu a nova estratégia nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira.

Quando o assunto é empreendedorismo na escola, Dolabela é o autor que mais se destaca na literatura brasileira. O autor afirmou que os estudos atuais indicam que o empreendedorismo abre novas oportunidades para que os indivíduos se qualifiquem, oferecendo, automaticamente, graus de realização pessoal. Pelo exposto, “os comportamentos empreendedores têm mais importância do que as estruturas colocadas em jogo, porque têm embutido no seu âmago os valores do desenvolvimento” (Dolabela, 2015, p. 26).

Como se vê, é inegável o fato de que há um movimento de introdução do empreendedorismo como componente curricular na educação brasileira por meio de projetos como o da “pedagogia empreendedora” ou Projeto de vida, ou mesmo por iniciativas próprias dos gestores educacionais com parcerias com organizações e empresas estritamente privadas (Dolabela, 2015, p. 96).

Pelo exposto acima, fica nítido que a cultura empreendedora, estimulada desde a mais tenra idade, é oferecida como tábua de salvação para motivar e estimular os estudantes a adquirirem atitudes empreendedoras para serem bem sucedidos na vida.

A Pedagogia empreendedora encarrega-se de despertar possíveis vocações empresariais nos estudantes. Diferentes autores ligados à perspectiva crítica têm se opostos à abordagem empreendedora na escola, denunciando a visão técnica e utilitarista dessa proposta educativa. Ball (2010) pontuou que, na cultura do empreendedorismo, a performatividade exigida por seus adeptos é um meio de controle social, não permitindo aos indivíduos a possibilidade de reflexão e de crítica. De acordo com Torres (1996), trata-se de uma nova gestão da formação engendrada por organismos multilaterais alinhada a propostas de eficiência do sistema capitalista e à adequabilidade do indivíduo ao mercado de trabalho.

Em Nosella (2010), a cultura do desempenho caracterizada pelo “aprender a fazer” (Delors, 2010) ativa a dimensão prática, técnica e mecânica ao ato de ensinar/aprender, pois almeja metas, produtividade, resultados. Alinhado ao pensamento de Nosella (2010), Afonso (2009, p. 49) anotou que, no campo educacional, desde a década de 1990, as políticas educativas vêm adotando o “*ethos* competitivo com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos”. Dito de outro modo, nessa lógica, os indivíduos “passam a ser vistos apenas pelo prisma da produtividade” (Santos, 2009, p. 240).

A vinculação da formação de competências a programas de treinamento (coaching) ou às chamadas metodologias ativas comprova que não se trata de um processo de formação e desenvolvimento humano pleno, mas da produção de autômatos programados para reagir em conformidade com as expectativas sociais. As pessoas devem controlar as emoções como dirigir um automóvel sem precisar pensar no que estão fazendo para que possam funcionar adequadamente nas escolas, no trabalho ou na vida (Silva, 2018, p. 151).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

GOVERNAMENTALIDADE E CRÍTICA EM EDUCAÇÃO

O termo governamentalidade surgiu em Foucault no texto “Segurança, território e população”, curso ministrado pelo filósofo no *collège de France* como tentativa de caracterizar as diferentes formas pelas quais cada um governa a si mesmo e aos outros.

Por esta palavra governamentalidade entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população (Foucault, 2008, p. 143).

Nesse texto, o filósofo compreendeu que os sujeitos transformaram-se em agentes econômicos com a capacidade de valorizar e ampliar constantemente habilidades profissionais a fim de tornarem-se competitivos no mercado neoliberal.

De acordo com Foucault (2008), trata-se do assujeitamento dos corpos às técnicas de governamentalidade. Nesse debate, fica cada vez mais nítida a administração de pessoas em que o poder de governo objetiva regular os indivíduos, torná-los corpos dóceis, formando indivíduos economicamente produtivos, porém politicamente submissos. Pensar a educação sob a perspectiva foucaultiana implica adentrar no problema da condução, da governamentalidade, dos dispositivos que a constituem.

Em Foucault (1984, p. 14), problematizar o hoje é entendê-lo como acontecimento compreendido como imprevisibilidades que abrem possibilidades diante da realidade. Assim,

problematizar o hoje é desenvolver a interrogação crítica do sujeito: “é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações”. Refletir sobre o presente problematizando-o é a proposta que Foucault (1984) apresentou ao sujeito de pensar, agir e projetar a vida ausente de determinismos e padrões pré-concebidos, uma vez que o discurso do “sujeito que problematiza deve converter-se em prática de vida, em modo de agir que estilizem a vida” (Oliveira, 2011, p. 137).

Nesse debate, chama-se a atenção para a problematização do presente diante das relações permeadas por poderes e saberes oriundos de pedagogias que privilegiam a produção de corpos dóceis, de empresários de si. Nesse momento da discussão, podemos acrescentar: qual a relação entre atitude crítica e modos de governamentalidade?

No artigo “Qu’est-ce la critique?” Foucault (1995) se propôs a desenvolver a arqueologia da atitude crítica. Em sua concepção, a crítica como um elemento contrário às artes de governar desenvolveu-se por alguns caminhos. Historicamente, a atitude crítica teve seu início na pastoral cristã como forma de contraposição aos ensinamentos religiosos. Em seguida, Foucault (1995) anotou que a atitude crítica adveio do direito natural. Ou seja, não querer ser governado desse modo implicava recusar leis consideradas injustas. A atitude crítica consistia em se contrapor ao governo que tais leis exigiam.

Por fim, Foucault (1995) considerou que a atitude crítica, ou seja, o “não querer ser governado” é a recusa das verdades, questionando-as daqueles que se dizem delas portadores. Assim, a atitude crítica implica o desassujeitamento na possibilidade de interrogar a verdade em seus discursos e práticas de domínio. Diante do contexto de que sempre estamos frente a dispositivos de governamentalização da vida, é necessário “resistir ser governado por determinados agentes” (Foucault, 1995, p. 6). Para Foucault (1995), a atitude crítica enquanto arte de resistência diante das formas de governo necessita desenvolver-se não apenas como exercício de interpretação do momento atual, mas como prática que sugere a relação do indivíduo consigo próprio.

A atitude crítica nos moldes postulados por Foucault (1995, p. 6) traduz-se como “arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida”. No debate proposto, demarcou-se como a obediência irrefletida é mascarada pela ausência de contestação, como essencial à formação individual, ou melhor, à adaptação dos indivíduos aos imperativos neoliberais, ao governo de si.

De acordo com Veiga-Neto (2011), Foucault (1995) evidenciou os limites da aceitação da condição humana em obedecer, assumindo uma posição de heteronomia. O que se pontua nesse debate é que a atitude crítica, enquanto prática formativa, encontra possibilidade de

realização enquanto resistência às formas de governo de si. A crítica “teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo de que se poderia chamar a política da verdade” (Foucault, 1995, p. 18).

A cultura do empreendedorismo que assola nossa sociedade não é um mal em si mesmo, inclusive ela até poderia ser um modo de existência resistindo dentro de outro registro histórico. A questão é que o modo pelo qual ela atua em nossa sociedade é endêmica, viral, age por contágio, quase que impossível de escapar. Características como proatividade, inventividade, senso de oportunidade, flexibilidade e polivalência formam o que chamaríamos hoje de marcas do empreendedor. Este é inventado desde tenra infância, para na fase produtiva, estar apto a atuar no mercado de trabalho. Porém, para estar fadado ao sucesso, o empreendedor deve investir constantemente em si mesmo, isto é, existe todo um aparato educacional para suprir, reciclar e conformar esse ethos empresarial (Moreno Filho, 2015, p. 655).

A perspectiva filosófica assumida neste trabalho para estudar o tema da cultura do desempenho e a crítica como atitude se traduz como proposta pela qual os indivíduos podem resistir às técnicas de controle de si que tentam governá-los. Assim, relacionando a problematização dessa cultura às contribuições teóricas foucaultianas, é possível resistir às técnicas de governo, recusando as formas de conduta de si e dos outros, principalmente nos dias atuais em que a Pedagogia do aprender a aprender, aliada ao capitalismo neoliberal, gerencia as subjetividades, negando a criticidade e a contraconduta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fomentou-se, na presente discussão, a crítica sobre o presente e a relação que o sujeito estabelece com o empreendimento de si. O conceito de governamentalidade serviu de suporte para refletir sobre o modo como as propostas formativas atuais, a exemplo da cultura do desempenho, endossam a produção de subjetividades assujeitadas. Problematizar o presente criticamente em busca de reformulações contínuas das subjetividades é a possibilidade que Foucault (2008) oferece ao sujeito para resistir às formas de assujeitamento.

Em nosso entendimento, desenvolver a atitude crítica é ultrapassar o previamente designado por programas e propostas educativas alinhadas ao gerenciamento subjetivo. Assim, resistir às formas de governamentalidade da vida é insistir na produção de outras subjetividades que não aquelas provenientes do empresariamento de si. Rejeitar esse sujeito empreendedor de si (adestrado, adaptado, controlado, produtivo e competitivo) – que foi transformado para ser governado – é apostar na vida para além das formas de governo atuais, possibilitando a crítica

e a contraconduta. Os sistemas educativos “se nos conformam a esta subjetividade podem também abrir outras formas de nos relacionarmos conosco, produzindo formas outras de vida” (Gallo, 2017, p. 92).

Referências

- ACHIEVEMENT, Júnior. **Relatório anual** (educação 4.0: proposta comercial). São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.jabrazil.org.br/materiais> . Acesso em: 17 abr. 2022.
- AFONSO, Almerindo. **Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.
- AZEVEDO, Luciana. A importância da pedagogia empreendedora no processo de alfabetização e letramento. In: **Educação empreendedora: uma resposta aos desafios do século 21**. São Paulo: Mentis abertas, 2020, p. 23-41
- BALL, Stephen. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e realidade**, v. 2, n. 35, p. 37-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15865>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BOSE, Mônica. **Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local**. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, USP, 2013
- BRASIL (2010). **Parecer CNE/CEB nº 13/2010**. Consulta acerca da inclusão do Empreendedorismo como disciplina no currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio, da Educação Profissional e da Educação Superior. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN132010.pdf?query=Brasil. Acesso em: 13 dez. 2021.
- BRASIL (2017a). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BRASIL (2017b). **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL (2020). **Decreto nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Brasileira – FBEF. Diário oficial da União, Brasília, 10 de junho 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm Acesso em: 14 set. 2021.

CURY, Carlos R. **Base Nacional Comum Curricular: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2014.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2010.

DOLABELA, Fernando. **Empreendedorismo sem fronteiras**. Rio de Janeiro: alta Books, 2015.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora: o ensino do empreendedorismo na Educação Básica voltado para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Cultura, 2011.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 21ª ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Tradução de Gabriela Borges. Edições texto e grafia, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 2, n. 66, p. 77-99, out./dez 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53865>. Acesso em: 14 fev. 2021.

GAMA, Augusta. Pedagogia empreendedora: uma ferramenta para o sucesso da educação. In: **Educação empreendedora: uma resposta aos desafios do século 21**. São Paulo: Mentis abertas, 2020, p. 115-131.

MORENO FILHO, José W. N. Cultura do empreendedorismo: modo de vida e microfascismo contemporâneo. **Anais do VI SIEF: Simpósio Internacional em Educação e Filosofia**. Universidade Estadual Paulista/FCT, Presidente Prudente/SP, 2015, p. 651-661.

NOSELLA, Paulo. A atual política para a educação no Brasil: a escola e a cultura do desempenho. **Revista Faz Ciência**, v. 12, nº 16, p. 37-56, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7435> . Acesso em: 13 out. 2021.

OLIVEIRA, Gilberto. **Cuidado de si e hermenêutica do sujeito em Michel Foucault**. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2011.

PERRENOUD, Phillipe. **Dez novas competências e habilidades para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Márcio. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, SP, 2018

SOUZA, Juliana. O gestor educacional e o empreendedorismo. In: **Educação empreendedora: uma resposta aos desafios do século 21**. São Paulo: Mentis abertas, 2020, p. 243-263.

TORRES, Rosa. Melhorar a qualidade da Educação Básica: as estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, Luís (org.). **O banco mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 125-191.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VILLELA, Cláudia. **Empreendedorismo na escola**. São Paulo: Artmed, 2005